



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Lei Nº 503, de 15 de Junho de 2015

“Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016 e, dá outras providências.”

Jonas Dias Batista, Prefeito Municipal de Ribeira, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPITULO I DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Artigo 1º – Ficam estabelecidas para a elaboração do orçamento do município, relativo ao exercício de 2016, as Diretrizes Gerais de que trata este capítulo, os princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Orgânica do Município.

Artigo 2º – A estrutura orçamentária que servirá de base para a elaboração do orçamento-programa para o próximo exercício deverá obedecer à disposição constante dos anexos que fazem parte integrante desta Lei.

Artigo 3º – As unidades orçamentárias, quando da elaboração de suas propostas parciais, deverão atender a estrutura orçamentária e as determinações emanadas pelos setores competentes da área.

Artigo 4º – A proposta orçamentária, que não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e fixação da despesa, face a Constituição Federal e à Lei de Responsabilidade Fiscal, atenderá a um processo de planejamento permanente, à descentralização, a participação comunitária.

Parágrafo 1º – O orçamento fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo Municipais, seus fundos e entidades das Administrações direta e indireta, inclusive fundações mantidas pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo 2º - O orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades de saúde, previdência e assistência social, quando couber;

Parágrafo 3º – O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo, sua proposta parcial até o dia 30 de agosto, de conformidade com a Emenda Constitucional N 25/2000.

Artigo 5º – A Lei Orçamentária dispensará, na fixação da despesa e na estimativa da receita, atenção aos princípios de:

- I – Prioridade de investimento nas áreas sociais;
- II – Austeridade na gestão dos recursos públicos;
- III – Modernização na ação governamental;
- IV – Princípio de equilíbrio orçamentário, tanto na previsão como na

execução orçamentária.

OFICIAL DE R.C.P.N. E TABELIÃO
DE NOTAS DO MUN. RIBEIRA
Ari de Almeida Camargo



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

CAPITULO II DAS METAS FISCAIS

Artigo 6º – A proposta orçamentária anual atenderá as diretrizes gerais e aos princípios da unidade, universalidade e anualidade, não podendo o montante das despesas fixadas excederem a previsão da receita para o exercício.

Artigo 7º – As receitas e as despesas serão estimadas, tomando-se por base o índice de inflação apurado nos últimos doze meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês, tendo em vista, principalmente, e os reflexos dos planos de estabilização econômica editados pelo Governo Federal, podendo recuperar defasagens.

Parágrafo 1º – Na estimativa das receitas deverão ser consideradas ainda, as modificações da legislação tributaria, incumbindo a Administração seguinte:

- I – Atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;
- II – Edição de uma planta genérica de valores de forma a minimizar a diferença entre alíquotas nominais e efetivas;
- III – Expansão do número de contribuintes;
- IV – Atualização do cadastro imobiliário fiscal.

Parágrafo 2º – As taxas de polícia administrativa e de serviços públicos deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

Parágrafo 3º – Os tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas, serão corrigidos monetariamente, segundo a variação estabelecida pela unidade fiscal do município ou índice estipulado pelo governo.

Parágrafo 4º – Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária, e recursos financeiros previstos em programação de desembolso, e a inscrição de restos a pagar estará limitada ao montante das disponibilidades de caixa, conforme preceito da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Artigo 8º – A Lei Orçamentária Anual deverá conter, em consonância com o artigo 5, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal, reserva de contingência para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo 1º – A reserva de contingência, vinculada à Secretaria da Administração, em montante equivalente compreenderá no máximo a 1% (um por cento) da receita líquida prevista na Lei Orçamentária.

Parágrafo 2º – Caso a reserva de contingência não seja utilizada até 1 de outubro de 2016 para os fins de que trata a “caput” deste artigo, poderá constituir-se em recursos para a abertura de outros créditos adicionais.

Artigo 9º – O Poder Executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

- I – Realizar operações de crédito por antecipação de receita, nos termos da legislação em vigor;
- II – Realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

III – Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 40% (quarenta por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

IV – Transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do inciso IV, do artigo 167, da Constituição Federal;

V – Contingenciar parte das dotações, quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos;

VI – Suplementar dotações orçamentárias referentes a recursos advindos única e exclusivamente de convênios federais, estaduais ou municipais.

Artigo 10º – Não sendo devolvido o autografo da Lei Orçamentária até o início de 2016 ao Poder Executivo, fica este, autorizado a realizar a proposta orçamentária, até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) em cada mês.

Parágrafo 1º – Para atender o dispositivo na Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo se incumbirá do seguinte:

I – Estabelecer programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso;

II – Publicar até 30 dias após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas, e se não atingidas deverá realizar cortes de dotação da Prefeitura e Câmara;

III – A cada quatro meses, o Poder Executivo emitirá ao final de cada Quadrimestre, Relatório de Gestão Fiscal, avaliando o cumprimento das metas fiscais, em audiência pública, perante a Câmara de Vereadores;

IV – Os planos, Lei de Diretrizes orçamentárias, prestação de contas, Pareceres do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, serão divulgados, inclusive na internet, e ficarão à disposição da comunidade;

V – O desembolso dos recursos financeiros consignados a Câmara Municipal, será feito até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos, ou de comum acordo entre os Poderes.

CAPITULO III DO ORÇAMENTO FISCAL

Artigo 11º – O orçamento fiscal abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo, e as entidades das Administrações direta e indireta, e será elaborado de conformidade com a Portaria N 42 do Ministério do Orçamento e Gestão.

Artigo 12º – As despesas com pessoal e encargos não poderão ter acréscimos real em relação aos créditos correspondentes, e aos aumentos para o próximo exercício ficarão condicionados á existência de recursos, expressa autorização legislativa, e às Disposições Constitucionais Transitórias, não podendo exceder o limite de 54% (cinquenta e quatro por cento) ao Executivo e 6% (seis por cento) ao Legislativo, da Receita Corrente Líquida.

Artigo 13º – Na elaboração da proposta orçamentária serão atendidos preferencialmente os projetos e atividades constantes dos Anexos V e VI que fazem parte integrante desta Lei, podendo na medida das necessidades, serem elencados novos programas, desde que financiados com recursos próprios ou de outras esferas de governo.

Artigo 14º – A concessão de auxílios e subvenções dependerá de autorização Legislativa, através de lei específica..



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Artigo 15º – O município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das receitas resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do artigo 212 da Constituição Federal.

Artigo 16º – A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Legislativo até o dia 30 de setembro, compor-se-á de:


- I - Mensagem;
- II – Projeto de Lei Orçamentária;
- III – Analíticos das Receitas e Despesas
- IV – Consolidação dos Programas Governamentais.

Artigo 17º – O Poder Executivo enviará até 30 de setembro o Projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal, que o apreciará até o final da sessão legislativa, devolvendo-o a seguir para sanção.


Artigo 18º – Esta Lei entrará em vigor a partir na data de sua publicação.

Ribeira, 15 de junho de 2015


Jonas Dias Batista
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado na Secretaria da Prefeitura.
Ribeira, 17 de junho de 2015

Luiz Antonio Dias Batista
Secretário

Recebi: 17 de junho de 2015


JFICIAL DE R.C.P.N E TABELIÃO
DE NOTAS DO MUN RIBEIRA
Ari de Almeida Camargo